

# A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DO ANTIPARTIDARISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DESCRITIVA

THE EVOLUTION OF ANTIPARTISANSHIP STUDIES IN BRAZIL: A DESCRIPTIVE ANALYSIS

\*Laura Beghini Chelidonopoulos

Recebido em: 27/11/2020

Aceito em: 02/02/2021

## Resumo

Nos últimos anos, o antipartidarismo ganhou espaço nos debates da Ciência Política. No Brasil, foi motivado pelo antipetismo no cenário de clássica rivalidade entre dois partidos políticos centrais e, mais recentemente, pelo antipartidarismo generalizado. Assim, temos como base o que se tem escrito acerca do antipartidarismo no país, levando em conta as recentes compreensões do fenômeno para além do antipetismo. Buscando entender estes desdobramentos, fazemos análises exploratórias das principais abordagens existentes e das formas de mensuração utilizadas pelos autores que lidam com estes fenômenos a nível nacional. Por fim, é possível constatar que este campo de estudo ainda se encontra pouco explorado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Antipartidarismo. Atitudes políticas. Rejeição aos partidos políticos.

## Abstract

In recent years, antipartisanship gained space in Political Science debates. In Brazil, it was motivated by *antipetismo* in a scenario of classic rivalry between the two main political parties and, more recently, by widespread antipartisanship. Thus, I am based on what has been written about antipartisanship in the country, taking into account the recent proposals for understanding the phenomenon beyond antipetismo. Seeking to understand these developments, I make exploratory analyzes from the main existing approaches and the forms of measurement used by scholars who deal with these phenomena at national level. Furthermore, it is possible to verify that this study field still remains unexplored.

**KEY WORDS:** Antipartisanship. Political attitudes. Rejection of political parties.

## 1 Introdução

Os estudos sobre antipartidarismo a nível internacional se iniciaram recentemente, na década de 1990. No caso brasileiro, mais especificamente, só a partir dos anos 2000 que essa área do comportamento eleitoral ganhou espaço e maior visibilidade, e é este o foco do presente artigo.

Tendo como base a notável estruturação e influência do PT (Kinzo, 2005; Samuels, 2006), é preciso haver um destaque de seu papel enquanto concentrador de sentimentos partidários positivos e negativos. Neste cenário, o antipetismo possui um papel de destaque nas

abordagens da rejeição aos partidos políticos no Brasil por conta da percepção de sua relevância na escolha do voto. Mais à frente, já no contexto das eleições presidenciais de 2018, nota-se o aumento da insatisfação em relação a demais partidos políticos, e não apenas ao PT – e percebemos, então, uma ascensão do antipartidarismo (Fuks, Ribeiro e Borba, 2018; 2019). A extensão desta desafeição se mostra interligada ao então candidato e atual presidente Jair Bolsonaro, de modo que o antipartidarismo encontrou, de fato, solo para sua propagação.

Sendo assim, a pergunta que orienta nossa pesquisa é: o que se tem escrito acerca do antipartidarismo no Brasil, levando em conta as recentes propostas de compreensão do fenômeno para além do antipetismo? Nosso objetivo é apresentar uma visão geral dos estudos do antipartidarismo no Brasil, considerando que as pesquisas se iniciaram com foco no antipetismo e têm caminhado para abrangências maiores do fenômeno. Para isso, na primeira seção faremos uma revisão da bibliografia internacional do tema. Na seção seguinte, partiremos para as considerações da literatura nacional, visto que o debate é ainda recente e demanda mais estudos e pesquisas.

Ademais, na terceira seção, buscamos compreender as formas de mensuração das pesquisas que lidam com as rejeições aos partidos políticos em âmbito nacional, levando em conta as perguntas utilizadas pelos autores nas categorizações, tendo como base pesquisas de opinião pública. Por fim, apresentaremos nossas considerações finais.

## 2 Abordagens pioneiras do partidarismo e do antipartidarismo

Primeiramente, o caso brasileiro só pode ser

analisado se são levadas em conta as abordagens que fizeram do antipartidarismo uma área de estudo relevante na Ciência Política. Dessa forma, não é possível iniciar o estudo do tema sem antes considerar a obra clássica que inova ao colocar como um dos definidores do voto a identificação partidária: *The American Voter* (Campbell et al., 1960).

Na obra, por meio de uma abordagem psicossociológica, Campbell et al. afirmam que através da transmissão intergeracional de identidades partidárias no âmbito familiar, além da socialização básica do indivíduo – no caso, no contexto estadunidense da época –, as pessoas constituem fortemente uma identificação com um dos partidos (Democrata ou Republicano). Assim, a partir da construção e consolidação de tal sentimento, dificilmente seu posicionamento seria mudado – o que atesta sua alta estabilidade.

Tendo em vista o pontapé inicial dado por Campbell et al. (1960), tem-se que a ascensão dos estudos sobre antipartidarismo e o reconhecimento desse fenômeno como tão relevante quanto a identificação partidária positiva teve destaque a partir da década de 1990. Assim, há, com o desenvolvimento do tema, a compreensão dos desdobramentos do antipartidarismo a nível cultural (Poguntke, 1996; Poguntke e Scarrow, 1996; Torcal et al., 2002; Yebra, 1998) e o foco no partidarismo negativo definido a partir dos partidos políticos que os eleitores rejeitam (Medeiros e Noël, 2014; Rose e Mishler, 1998).

Poguntke (1996) depreende que a tradição e a cultura políticas influenciam na manifestação de sentimentos antipartidários (Poguntke e Scarrow, 1996). Dessa forma, ao analisar a suposta crise dos partidos que assolava a

Europa Ocidental a partir da década de 1980, demonstra que foi notável que forças antipartidárias – advindas da falta de atendimento das demandas que surgiam de ambos os polos políticos – se tornaram partidos por si só a fim de terem seus desígnios considerados pelo governo. Com a consolidação do fenômeno, poder-se-ia dizer que houve uma reconciliação com o modo democrático de funcionamento dos partidos políticos. Assim sendo, era suposto, também, que haveria um crescimento dos sentimentos antipartidários em tais países europeus, ou seja, que as pessoas estariam perdendo a crença na efetividade dos partidos políticos e que uma “nova direita” estaria ascendendo.

Tendo tais fatos em vista, o autor afirma, porém, que o voto nestes partidos que ascenderam em momentos conturbados não significa que exista uma crise dos partidos, o crescimento do antipartidarismo ou a ascensão de uma direita conservadora, alegações as quais se configuram como generalizações. O que é demonstrado na Europa Ocidental é que aqueles os quais são favoráveis aos ideais antipartidários, em realidade, possuem ideologia política e valores bem estruturados dentro do espectro esquerda-direita, por conta da estabilização ideológica proporcionada pela consolidação de um pensamento político a longo prazo. Isto é, de 1960 a 1990, há estabilidade de posicionamento por parte dos indivíduos – o que se encaixa pelo que foi apresentado por Campbell et al. (1960) – e que as suposições são feitas uma vez que a tradição de pesquisa busca encaixar a lógica de mudança social e de modernização na explicação das mudanças organizacionais e institucionais o que, apesar de importante, necessita de ressalvas.

Yebrá (1998), por sua vez, ao analisar a América Latina (Argentina, Chile e Uruguai) observa que sua cultura política é mais fraca que na Europa Ocidental e, por isso, o crescimento de candidatos sem antecedentes políticos e que pregam a antipolítica e o antipartidarismo como forma de mostrar sua força e angariar votos naquele local são expressivos. Para isto, o autor tem em vista a abordagem culturalista de Poguntke e Scarrow (1996), a qual é útil no embasamento de suas conclusões.

Assim, em todos os países latino-americanos em estudo existem baixos níveis de proximidade dos partidos com os cidadãos, o que acarreta em baixos interesses por política e por participação. Percebe-se, mais uma vez, que a estabilidade vista por Campbell et al. (1960) nos Estados e por Poguntke (1996) na Europa Ocidental não se verifica no caso da América Latina, uma vez que, diferente dos demais locais, não há na dinâmica social e cultural dos indivíduos das relações familiares e do cotidiano das interações uma tradição a qual molda e estabiliza uma identificação partidária – seja ela positiva ou negativa.

Seguindo esta linha, Torcal et al. (2002) retornam ao estudo da Europa, dessa vez com foco no sul da região – especificamente, Espanha, Portugal, Grécia e Itália. Assim como apontava Poguntke (1996), os autores sinalizam para a afirmação da não existência de uma crise dos partidos, porém com o argumento de que a literatura acerca deste tema é tão contraditória que não se pode confirmar o fenômeno. Dessa forma, buscam o foco na identificação partidária negativa, de forma a desenvolverem indicadores para este sentimento.

Assim, tem-se que a primeira dimensão do antipartidarismo é o reativo, caracterizado por ser uma

postura crítica adotada pelos cidadãos que resulta da sua insatisfação com as atitudes das elites dos partidos e do rendimento das instituições políticas – por isso, é comum que haja desejo de mudança por parte dos eleitores. Nesse caso, há um novo ponto introduzido pelos autores que não concerne aos antipartidarismos radicais os quais tem consequências mais profundas à forma de governo vigente.

Já a segunda dimensão é o antipartidarismo cultural. Este é enraizado em tradições históricas e em valores centrais da cultura política do país, e, por isso, independe das mudanças a curto prazo das condições políticas as quais o local está passando, o que confere a este sentimento um certo grau de estabilidade – constituindo uma relação com Campbell et al. (1960) e com Poguntke e Scarrow (1996). Dessa forma, o que pode ser observado nos quatro países em estudo é que a experiência com ditaduras e pseudodemocracias, a manipulação de resultados eleitorais e as turbulências políticas acarretaram em uma socialização negativa na política e, conseqüentemente, a existência do sentimento antipartidarista.

No caso dos países do sul da Europa, Torcal et al. (2002) verificam que não há aumento dos sentimentos antipartidários ou a suposta crise dos partidos que a literatura confusamente argumenta. Porém, o que é crucial é que, mais uma vez, verifica-se a importância da evolução do fenômeno de acordo com as particularidades culturais de cada localidade, além do fato de que o antipartidarismo cultural é o que mais impacta na qualidade da democracia – apesar de não influenciar na estabilidade do próprio regime democrático.

Por fim, em um foco à parte dos anteriores, Rose e Mishler (1998) abordam a questão do partidarismo e do

antipartidarismo visto em países pós comunistas da Europa Central e do Leste – ou seja, que por determinado período viveram sob um regime não democrático. Levando em conta a mudança institucional que sofreram, tem-se que o autoritarismo e as alternativas antidemocráticas comunistas compelem os indivíduos a votarem no seu único partido – independentemente do posicionamento ideológico –, o que faz com que haja um aumento da identificação partidária negativa em relação a este regime. De acordo com os dados coletados pelos autores em 1995, 77% dos cidadãos da Hungria, Polônia, Romênia e Eslovênia apresentavam este tipo de rejeição.

Sendo assim, a novidade apresentada por Rose e Mishler está em que a mudança das instituições governamentais para uma que vigora o modelo unipartidarista, o qual ignora as escolhas dos indivíduos dentro de uma esfera competitiva, faz com que haja rejeição dos partidos associados à esta linha ideológica e uma crise do regime. Portanto, por conta das restrições impostas aos cidadãos durante seu vigor, tem-se uma alta identificação partidária negativa com partidos comunistas e com esta forma de governo.

Ademais, sob esta visão, Medeiros e Nöel (2014) se baseiam nos estudos das eleições nacionais de Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos para a averiguação dos efeitos da identificação partidária positiva (afinidade construída a longo prazo em relação a um partido) e da identificação partidária negativa (percepção desfavorável e rejeição do oponente, que varia de país para país). Dessa forma, afirmam que ambos os sentimentos são definidores do voto nos países, sendo que a rejeição aos partidos se mostra mais forte que a adesão a

eles não apenas em momentos de decisões eleitorais, mas também nas interações sociais cotidianas dos indivíduos. Assim como em Rose e Misher (1998), existe no estudo uma percepção maior do sentimento partidário negativo manifestado como algo oposto ao partidarismo positivo, além do propósito de destaque da relevância do tema.

Por fim, ao analisarem os partidos que os indivíduos nunca votariam em relação com as identidades de grupo (religiosa e étnica) e a ideologia nos quatro países anglo-americanos, os autores concluem que a primeira se mostra um determinante fraco da identificação partidária negativa, ao contrário da segunda, que é bem mais significativa – a qual também se mostra expressiva na identificação partidária positiva. É preciso ressaltar, em suma, que tal estudo proposto se baseia na ideia de que o antipartidarismo é um tema que merece destaque tendo em vista sua relevância na decisão eleitoral.

### 3 O fenômeno do antipetismo e do antipartidarismo no Brasil

Após as abordagens internacionais de estudo do partidarismo e do antipartidarismo, tem-se que suas influências nos estudos do tema no Brasil ganham destaque a partir dos anos 2000. Depreende-se a partir da combinação das análises anteriores que a junção entre o contexto e a esfera psicológica dos indivíduos importam para a formação de uma identificação partidária, o que se aplica ao caso brasileiro em foco. É interessante pontuar,

primeiramente, que o Brasil não pode ser considerado um país partidário, em que há um grande número de filiados a partidos políticos. Os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao longo dos anos confirmam esta estatística.

Tabela 1. Porcentagem de filiados a partidos políticos no Brasil, de 2002 a 2018.

Grupo	2002	2006	2010	2014	2018
Filiados a partidos políticos	10,7%	10,2%	10,2%	9,8%	10,4%

Fonte: TSE. Os valores das porcentagens levam em conta uma casa decimal.

Apesar disso, os estudos acerca da identificação com partidos iniciados por Carreirão e Kinzo (2004) destacam que apesar do sistema partidário brasileiro ser recente, “a construção de identidades partidárias é um subproduto importante da dinâmica do jogo partidário-eleitoral” (Carreirão e Kinzo, 2004, p. 132). Sendo assim, tem-se que a identificação partidária se mostra como um fator de importância para a compreensão de decisões que concernem ao voto dos eleitores.

Considerando a consolidação de sentimentos partidários por parte dos brasileiros, Samuels (2006) destaca o papel do Partido dos Trabalhadores (PT) dentro desta questão, considerado pelo autor como aquele que emergiu, mais especificamente, de um ativismo brasileiro o qual está ligado a um movimento sindical independente, a comunidades católicas de base e a outros movimentos sociais. Nesse caso, o PT se configura como um fator expressivo que permite a existência do partidarismo de

massa no Brasil – sendo este “um apego psicológico a um partido político em particular” (Samuels, 2006, p. 1) –, por mais que tenha havido o escândalo de corrupção do Mensalão em 2005 – o qual diminuiu sua base de apoio partidária, mas manteve sua significância.

É preciso compreender, ademais, o que faz com que este partido seja o mais bem estruturado do Brasil. De acordo com Samuels (2006), para que o partidarismo de massa exista dessa maneira, é preciso que haja a combinação de três fatores: a mobilização partidária em recrutar indivíduos, a motivação individual para adquirir conhecimento político e o engajamento individual em redes sociais politizadas (estes últimos potencializados pelo papel de ativistas políticos). Dessa forma, ao conciliar tais pontos, o PT se colocou à frente de outros partidos mais expressivos (no caso, MDB, PSDB e DEM – antigo PFL).

Assim, no que diz respeito ao petismo – ou seja, uma identificação partidária positiva com o PT – e sua base de apoio, Samuels (2008) destaca que o caráter de centro-esquerda que o PT assumiu desde sua ascensão ao poder aos seus anos de crescimento posteriores fez com que simpatizantes moderados fossem recrutados durante o período em estudo. O autor depreende, ademais, que, de 2002 a 2007 (desde que o partido assumiu o poder até o fim do primeiro mandato do ex-presidente Lula), a variação daqueles que constam em sua base partidária foi pouco significativa – apenas houve uma moderação ideológica e diminuição de sua escolaridade.

Considerando a rivalidade histórica entre PT e PSDB, é relevante sua comparação no tocante a questões como a base ideológica de ambos e os sentimentos

partidários em torno destes. No que diz respeito ao primeiro ponto, Samuels (2008) ressalta a diluição das diferenças existentes entre os eleitores dos partidos, ou seja, suas diferenças ideológicas foram se dissipando ao longo dos anos em estudo. Já em relação ao segundo ponto, tem-se que Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) demonstram a alta neutralidade do eleitor quanto aos partidos nos anos 2002 a 2010 – entre 39% e 45% –, levando em conta que

[...] foram consideradas “situações neutras” aquelas em que o eleitor não manifestou nenhum sentimento em relação aos dois partidos, ou manifestou o mesmo sentimento (positivo ou negativo) em relação aos dois, ou manifestou sentimentos contraditórios (positivos e negativos, simultaneamente) a um mesmo partido (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2011, p. 342).

Além disso, os autores afirmam que a rejeição ao PSDB sempre se mostrou maior que a rejeição ao PT no período em análise, mesmo durante o *survey* de 2006 que ocorreu pós escândalo do Mensalão, e que tais fatos se mostram importantes na escolha eleitoral.

A compreensão da relevância do antipetismo como um fenômeno estritamente brasileiro surge das influências das análises do antipartidarismo feitas a nível internacional. Por se apresentar como o partido mais bem constituído do país, os recentes estudos se voltam para o PT como aquele que concentra a maior quantidade de sentimentos partidários – no caso, os negativos – e como tal fato é relevante na definição do voto, assim como a identificação partidária positiva em torno do mesmo. Neste sentido, é interessante recorrer a dados de *surveys* aplicados no Brasil que têm a capacidade de medir a variação do antipetismo. Utilizando as cinco ondas do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), a variável que nos auxilia nesta constatação é a que pede

para que o entrevistado dê uma nota de 0 a 10 aos partidos políticos. No caso, considera-se as notas 0 atribuídas ao PT, de forma que os antipetistas são aqueles que rejeitam o partido completamente. A tabela abaixo sintetiza estas porcentagens, e é útil na compreensão do interesse pelo antipetismo por parte dos autores citados: a desafeição ao PT aumenta consideravelmente a partir de 2014.

Tabela 2. Porcentagem de desafetos ao PT no Brasil, de 2002 a 2018

Grupo	2002	2006	2010	2014	2018
Antipetistas	14,1%	23,1%	16,1%	26,8%	39,2%

Fontes: Eseb 2002, Eseb 2006, Eseb 2010, Eseb 2014 e Eseb 2018. Os valores das porcentagens levam em conta uma casa decimal.

De início, é importante destacar o perfil do eleitor antipetista (Paiva, Krause e Lameirão, 2016; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016), ademais da compreensão de causas da ascensão de tal sentimento (Samuels e Zucco, 2018). Paiva, Krause e Lameirão (2016) buscam traçar o perfil deste eleitor de forma mais eficiente por meio da divisão do universo de entrevistados entre aqueles que repudiam de maneira absoluta, respectivamente, apenas o PT e todos os partidos, de modo a compreender a identidade partidária negativa que ronda o partido e levando em conta a diferença entre este e o eleitor antipartidarista. Desse modo, possível depreender a partir dos resultados que

[...] o eleitor antipetista é predominantemente de cor branca, possui maior escolaridade e está em número superior ao dos demais eleitores nos estratos de maior renda familiar mensal, de camadas sociais mais elevadas

e entre os empregadores (Paiva, Krause e Lameirão, 2016, p. 653).

Ademais, pode-se dizer que ele, até este cenário, se identificava mais com o PSDB uma vez que se localiza, dentro do espectro ideológico esquerda-direita, predominantemente de centro-direita à direita e que possui uma visão negativa do governo de Dilma e da economia vigente no país na época.

Seguindo a mesma linha, Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) buscam analisar a variação do perfil do eleitor antipetista, considerando que há um declínio da identificação partidária positiva em torno do PT. Depreendem, assim, que este foi expressivo em 2006 por conta do escândalo do Mensalão (como já foi confirmado por Samuels em 2006). Também, o fenômeno tem sido visto mais intensamente desde 2014, devido às manifestações que deixam clara o aumento da rejeição ao partido principalmente por conta da publicidade da corrupção da época – Petrolão e Lava Jato.

Desse modo, graças aos resultados de suas análises, concluem que “o eleitor antipetista tende a ocupar um lugar mais central na estrutura social (em termos de escolaridade e cor)” – ou seja, pessoas do grupo étnico branco e com escolaridade maior se mostram mais antipetistas, assim como destacaram Paiva, Krause e Lameirão (2016). Ademais, visualizam que há um declínio do “gosto” pelo PT e ascensão da preferência pelo PSDB (especialmente entre 2010 e 2014). É central, também, a forte relação que há entre antipetismo e voto, de maneira que o primeiro apresenta grande impacto sobre o segundo.

Samuels e Zucco (2018) apresentam uma das

causas do que diz respeito à consolidação do antipetismo por parte de eleitores com as características apresentadas por Paiva, Krause e Lameirão (2016) e Ribeiro, Carreirão e Borba (2016). Assim, apontam que uma causa relevante ao surgimento do episódio foi a resposta negativa ao grupo social que emergiu através da identificação partidária e das medidas governamentais realizadas pelo PT. Tem-se que o partido se mostra como “vítima do seu próprio sucesso” o que, dessa maneira, formou uma “ameaça” aos interesses daqueles contrários às atitudes petistas.

O crescimento de tal insatisfação com o PT é constatado por Borges e Vidigal (2018) ao questionarem a suposta polarização de massa entre PT e PSDB que tem como consequência a formação de blocos opostos no eleitorado, levando em conta a existência de uma ideologia esquerda-direita presente como uma autoconcepção individual do posicionamento partidário. Dessa maneira, ao testarem a hipótese de que a polarização partidária aumentou no eleitorado e o conduziu ao antipetismo, os autores depreendem que na realidade este é majoritariamente homogêneo no que diz respeito à avaliação dos partidos políticos, às opiniões frente a questões de cunho social e econômico e à avaliação retrospectiva do governo (o qual, nos anos em análise, era petista).

Assim, Borges e Vidigal (2018) ressaltam que tal polarização não estaria supostamente associada a uma ascensão da extrema-direita no Brasil, de mãos dadas com o antipetismo. O que os autores constatam é que o eleitorado antipetista se mostra envolvido por diferentes posicionamentos dentro do espectro ideológico, de modo que

[...] o crescimento do antipetismo parece estar mais

relacionado a avaliações negativas de parte do eleitorado com respeito aos governos do PT – o que, por sua vez, impacta diretamente a reputação do partido – do que propriamente a um crescimento de uma direita conservadora e extremista [...] (Borges e Vidigal, 2018, p. 79).

Mais à frente deste cenário, o qual marcou por anos o contexto de pós-redemocratização da política brasileira, tem-se que eleições presidenciais de 2018 modificaram a forma de enxergar e compreender o comportamento eleitoral e, mais especificamente, o antipetismo em sua relação com o antipartidarismo. Ao romper com a dualidade PT-PSDB no poder percebida desde 2002, a vitória de Jair Messias Bolsonaro, candidato pelo PSL, incita a busca por explicações e descrições desse momento histórico e, portanto, é preciso haver a compreensão do suposto aumento do antipetismo com a ascensão da figura do atual presidente.

Este fenômeno dá continuidade às constatações de Poguntke e Scarrow (1996), Poguntke (1996), Yebra (1998) e Torcal et al. (2002) ao ser possível a visualização de que Bolsonaro foi capaz de conquistar votos sendo uma figura que prega a antipolítica, carregado por uma cultura que estabelece fracamente a aderência dos cidadãos aos partidos do regime democrático brasileiro. Ademais, é relevante pontuar sua relação com o conceito de democracia do público de Manin (1995; 2013). Aqui, podemos estabelecer um paralelo entre seu conceito – inicial e reconsiderado – e a ascensão da figura de Bolsonaro em 2018. Inicialmente tomada como surgida frente à crise dos partidos, a democracia de público é relevante à situação por ser marcada pela personalização da escolha eleitoral e

alta volatilidade dos eleitores.

Atualizando o conceito, o autor abrange alguns pontos interessantes a serem destacados que podem ser comparados com o cenário em questão. São estes: a recorrência da insatisfação com os partidos, a redução da identificação partidária e a presença de manifestações políticas em circunstâncias políticas específicas. Neste sentido, é relevante destacar os dados disponibilizados pelo Latinobarômetro em 2018. No ano em questão, aqueles que não expressavam nenhuma confiança nos partidos políticos somavam 66,5% dos entrevistados, o que traz à tona reflexos do contexto.

Por se mostrar uma temática recente, não se tem, ainda, muitas referências acerca do antipartidarismo no Brasil. Fuks, Ribeiro e Borba (2018; 2019) abordam o antipetismo somado ao antipartidarismo em sua manifestação generalizada ou antissistema, de forma que ambos se mostram relevantes para a explicação do voto em Bolsonaro e, o último, até mais pertinente. Seu primeiro estudo atenta para o aumento da polarização política através das manifestações e protestos que marcaram o ano de 2013 – aqui, em relação com o que pontuou Manin (2013) –, os quais se estenderam até 2018 com a naturalização da rejeição aos partidos. Sendo assim, se debruçam no argumento de que o antipetismo foi, de fato, um aspecto primordial de explicação desta escolha eleitoral, mas que a análise dos dias atuais precisa ir além disso.

Para os autores, portanto, é preciso levar em conta uma dimensão maior que abrange partidos além do PT, mas também o PSDB – seu rival clássico – e os demais de menor expressividade. O foco, no caso, é na sua

manifestação radical e antissistema, a qual se baseia na menor adesão a princípios democráticos – como liberdade de discurso e de manifestação de petistas, psdbistas, comunistas e pessoas favoráveis à legalização do aborto – e menores níveis de tolerância política, se assemelhando, assim, às proposições de Jair Bolsonaro que o levaram à vitória.

Sendo assim, Fuks, Ribeiro e Borba (2018) concluem que este tipo de antipartidarismo foi decisivo para contribuir com a proliferação de um terreno fértil que aceita discursos autoritários e conservadores. Se mostra, aparentemente, importante na escolha do voto para presidente em 2018. Neste último ponto, Fuks, Ribeiro e Borba (2019) apostam que a rejeição completa aos principais partidos políticos brasileiros seja um importante fator explicativo da vitória de Bolsonaro, levando em conta que este se mostrou um candidato *anti-establishment*.

A principal inquietação dos autores reside no fato de que o atual presidente se demonstrou um candidato despreparado e disputou por um partido pequeno, ou seja, com poucos recursos disponíveis para se fazer campanha da forma tradicional – a qual, historicamente, angariava mais votos. Ademais, pontuam que desde 2013 conta-se com mobilizações políticas – assim como ressaltam em seu trabalho de 2018 –, seguidas do impeachment de Dilma Rousseff, a revelação de escândalos de corrupção envolvendo líderes políticos e uma profunda crise econômica, fatores os quais auxiliam na explicação do resultado eleitoral visto.

Dessa maneira, afirmam, novamente, que há de se atentar para o foco PT como aquele que concentra maior parcela dos sentimentos partidários pois, no

contexto apresentado, percebe-se a expansão destes para os demais partidos. Fuks, Ribeiro e Borba (2019) focam, primeiramente, no eleitor antipetista – que rejeita somente o PT – tolerante e intolerante no que concerne ao PT, PSDB e MDB (partidos estes considerados pelo Barômetro das Américas 2018 - 2019) poderem concorrer às eleições presidenciais do Brasil. Depois, no eleitor antipartidário generalizado, ou seja, que rejeita PT, PSDB e MDB e que é intolerante.

Por fim, afirmam em seu primeiro modelo que, de fato, o antipetismo tolerante e intolerante se mostra relevante no resultado da eleição, uma vez que são propensos ao voto em candidatos não petistas. Por meio da mesma comparação e tendo em vista a interpretação de seu segundo modelo, concluem, ademais, que os efeitos do antipartidarismo em sua forma generalizada e intolerante sobre a decisão do voto em Bolsonaro são de uma relevância que não pode mais ser descartada, tendo em vista que a chance de votarem em um candidato antissistema é alta.

#### 4 Formas de mensuração do antipetismo e do antipartidarismo no Brasil

Considerando-se a apresentação da evolução dos estudos sobre antipetismo e antipartidarismo no Brasil, é relevante se fazer uma análise das formas de mensuração de tais temas utilizados pelos autores em questão (Paiva, Krause e Lameirão, 2016; Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016; Samuels e Zucco, 2018; Fuks, Ribeiro e Borba, 2018; Fuks, Ribeiro e Borba, 2019) a fim de buscar a compreensão de como chegaram a seus respectivos

resultados.

A priori, é preciso considerar que a pergunta a qual busca avaliar o nível de sentimentos partidários dos entrevistados que se encontra sempre presente nos *surveys* é aquela que pede a atribuição de uma nota de 0 (ou 1) a 10 – sendo 0 (ou 1) desafeição total e 10 afeição total – em relação aos partidos (sejam estes apenas os principais PT, PSDB e MDB ou estes somados a partidos menos expressivos). Isto porque, no campo de comportamento eleitoral, o entendimento da identificação partidária positiva e negativa dos eleitores é crucial para se entender a relação entre antipetismo e antipartidarismo com os resultados eleitorais. Ademais, é crucial a apreensão da diferença de concepção dos autores considerados no tocante às definições de antipetismo e antipartidarismo, levando em conta a diversificação desta percepção ao longo do tempo.

Sendo assim, Paiva, Krause e Lameirão (2016), Ribeiro, Carreirão e Borba (2016), Borges e Vidigal (2018) e Samuels e Zucco (2018) têm como referência os dados fornecidos pelos *surveys* do Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro) dos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014. No caso, possuem foco somente no fenômeno do antipetismo e o distinguem do antipartidarismo de forma simples (quando o fazem), tendo em vista que o contexto considerado por ambas as análises não se mostrava propício ao florescimento deste último.

Paiva, Krause e Lameirão (2016) consideram que o eleitor antipetista é aquele que atribuiu nota zero somente ao PT e notas diferentes de zero a outros partidos – ou que não conhece os outros partidos, não sabe qual nota dar a eles ou prefere não responder sobre eles –,

enquanto o antipartidário atribuiu nota 0 a todos os partidos – ou que zerou a nota do PT e de alguns outros partidos e, para os demais, diz não os conhecer, não saber qual nota dar a eles ou prefere não responder sobre eles. As autoras, portanto, ainda levam em consideração a existência de um antipartidarismo que, por mais que se mostrasse prematuro, teve relativo destaque quando buscaram traçar o perfil do eleitor antipetista. Por outro lado, Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) e Borges e Vidigal (2018) não tocam na questão do eleitor antipartidário, somente no antipetismo de forma a avaliar a variação do perfil daqueles que apresentam identificação partidária negativa com o PT. Assim, os primeiros a suas conclusões “tomando como indicador de antipetismo as avaliações negativas (notas de 0 a 3) feitas pelos eleitores em relação ao PT” (Ribeiro, Carreirão e Borba, 2016, p. 618).

Ao considerarem a identificação partidária negativa como aquela que diz respeito à rejeição de ao menos um partido, Samuels e Zucco (2018) concentram o antipartidarismo, mais especificamente, no antipetismo, tendo em vista a maior consolidação do PT no eleitorado. Para tal, os autores incluem em sua análise do antipetismo/antipartidarismo *surveys* anteriores ao ano de 2002. Em 1989 e 1994 consideram os dados do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), e em 1997 do FPA (Fundação Perseu Abramo), cujas perguntas são sobre qual (no caso do IBOPE de 1994) ou quais partidos o entrevistado mais desgosta. Mais à frente, além do Eseb, utilizam do BEPS (Brazilian Electoral Panel Studies), que conta com duas perguntas também abertas: a primeira que questiona se o entrevistado possui menos afeição com algum partido e a segunda, qual é o partido.

Considerando o aumento da expressividade do antipartidarismo, sem tirar do foco o antipetismo, percebido com intensidade nas eleições presidenciais de 2018, nota-se uma mudança de postura por parte dos estudiosos desta área de comportamento eleitoral tendo em vista a variação do perfil do eleitor brasileiro com a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder. Fuks, Ribeiro e Borba (2018) e Fuks, Ribeiro e Borba (2019) inovam ao proporem diferentes formas de mensuração do antipartidarismo, em relação ao primeiro, e do antipetismo e do antipartidarismo, em relação ao segundo. Dessa forma, percebe-se uma alteração considerável da concepção da diferença entre tais sentimentos se comparado aos autores anteriormente trabalhados nesta seção.

Isto posto, para chegarem às conclusões trabalhadas anteriormente, Fuks, Ribeiro e Borba (2018) propõem uma visualização do fenômeno diferentemente de Paiva, Krause e Lameirão (2016), Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) e Samuels e Zucco (2018), estabelecendo diferentes dimensões do antipartidarismo no Brasil para além do antipetismo. Levam em conta, no caso, dados fornecidos pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP) de 2017.

Tem-se a atribuição de uma nota de 0 a 10 (em que 0 é rejeição completa e 10 afeição máxima) a questões que medem os níveis de tolerância e intolerância políticas no que concerne ao posicionamento em relação a grupos sociais – tais quais petistas, psdbistas, comunistas e pessoas favoráveis à legalização do aborto –, além da opinião dos entrevistados acerca dos direitos políticos destes grupos. Desse modo, tem-se que:

Não antipartidários = que não manifesta desafeição a nenhum partido.

Antipartidário moderado = tem um dos grupos ligados aos

partidos como alvo de desafeição, mas não é intolerante.

Antipartidário polarizado = tem um dos grupos ligados aos partidos como alvo de desafeição e é intolerante.

Antipartidário generalizado = tem os dois grupos ligados aos partidos como alvo de desafeição, mas não é intolerante.

Antipartidário antissistema = tem os dois grupos ligados aos partidos como alvos de desafeição e é intolerante.

(Fuks, Ribeiro e Borba, 2018, p. 10).

Ao complexificarem as tipologias Fuks, Ribeiro e Borba (2019) utilizam de duas perguntas chave que respondem à sua hipótese a partir dos dados do Barômetro das Américas 2018 - 2019, cuja elaboração se deu pelo Latin American Public Opinion Project (LAPOP) de 2019. A primeira seria, como de costume, a atribuição de uma nota de 1 a 10 no que diz respeito a quanto o entrevistado gosta ou desgosta do PT, PSDB. A segunda concerne ao nível de tolerância e intolerância em relação a tais partidos, ou seja, se o entrevistado apoia o fato de PT, PSDB e MDB serem aptos de competirem nas eleições presidenciais brasileiras. Sendo assim, depreendem a seguinte tipologia:

1. Antipetista intolerante = nota mínima apenas ao PT e rejeita o fato de os partidos serem aptos a competirem pela presidência.

2. Antipetista tolerante = nota mínima apenas ao PT e não rejeita o fato de os partidos serem aptos a competirem pela presidência.

3. Antipartidário generalizado intolerante = nota mínima ao PT, PSDB e MDB e rejeita o fato de os partidos serem aptos a competirem pela presidência.

4. Antipartidário generalizado tolerante = nota mínima ao PT, PSDB e MDB e não rejeita o fato de os partidos serem aptos a competirem pela presidência.

Enfim, mais à frente, ao tirarem o PT como foco e considerá-lo com expressividade e rejeição semelhantes aos outros partidos, tem-se uma segunda tipologia:

1. Antipartidário restrito intolerante = rejeita um ou dois partidos e rejeita o fato de os partidos serem aptos a competirem pela presidência.

2. Antipartidário restrito tolerante = rejeita um ou dois partidos e não rejeita o fato de os partidos serem aptos a competirem pela presidência.

3. Antipartidário generalizado intolerante = nota mínima ao PT, PSDB e MDB e rejeita o fato de os partidos serem aptos a competirem pela presidência.

4. Antipartidário generalizado tolerante = nota mínima ao PT, PSDB e MDB e não rejeita o fato de os partidos serem aptos a competirem pela presidência.

Após visualizarmos as principais teorias que abrangem este espectro dos estudos do antipartidarismo no Brasil, além das suas principais formas de mensuração – contando com os surveys utilizados e suas respectivas perguntas em análise –, partiremos para nossos comentários finais.

## 5 Considerações Finais

Tendo como base o que foi apresentado, podemos concluir que o campo de estudo do antipartidarismo no Brasil, por ser tão recente, ainda possui um longo caminho a percorrer. O que temos até agora é relevante para nos dizer que o Brasil, por mais que opere com um grande número de partidos, possui aqueles cujo foco é visível: PT, PSDB e MDB. Apesar disso, grande parte da análise apresentada foca no PT e nos sentimentos positivos e, principalmente, negativos que giram em torno do partido.

Os demais partidos, PSDB e MDB, ganham destaque em uma onda ainda mais recente destes estudos, especialmente após a vitória do candidato Jair Bolsonaro.

Em suma, esperamos ter contribuído com estes estudos através deste panorama geral da temática, de forma que a percepção do que se tem até agora sirva como base para as pesquisas que estão por vir. A compreensão da mensuração dos estudos, para além de uma revisão bibliográfica puramente teórica, é fundamental no entendimento da categorização do que chamamos de “antipetista” e, especialmente, “antipartidário”. Por isso, é interessante refletir se no contexto após a vitória de Bolsonaro seguiremos considerando os partidos políticos que, até atualmente, se situam como os principais neste campo de estudo.

## 6 Notas

\*Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
E-mail: laurabeghnic@gmail.com.

## 7 Referências

BORGES, André e VIDIGAL, Robert. **Do lulismo ao antipetismo?**

**Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras.** Revista Opinião Pública, 24:53-89, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201824153>.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Phillip; MILLER, Warren; STROKES, Donald E.. **The American Voter.** University of Chicago Press, 1980.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006.** Opinião Pública, 13, 2:307-339, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762007000200004>.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros.** Opinião Pública, 14, 2:319-351, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200003>.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'alva. **Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002).** Dados, 47, 1:131-168, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000100004>.

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo e BORBA, Julian. **Antipartidarismo e intolerância política no Brasil.** Trabalho apresentado no 42o Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/329641255\\_Antipartidarismo\\_e\\_intolerancia\\_politica\\_no\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/329641255_Antipartidarismo_e_intolerancia_politica_no_Brasil).

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo e BORBA, Julian. **Do antipetismo ao antipartidarismo generalizado: A força da rejeição aos partidos no voto em Bolsonaro em 2018.** Trabalho apresentado no 10º Congresso da ALACIP, Monterrey, 2019.

MANIN, Bernard. **A democracia do público reconsiderada.** Novos Estudos Cebrap, no 97, São Paulo. 2013. 115-127. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002013000300008>

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo.** Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ano 10, n. 29, 1995.

MEDEIROS, Mike; NÖEL, Alain. **The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies.** Comparative Political Studies, 47, 7:1.022-1.046, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/02F0010414013488560>.

PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana Paz. **O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva.** Revista Opinião Pública, 22, 3:638-674, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912016223638>.

POGUNTKE, Thomas. **Anti-Party Sentiment – Conceptual**

**Thoughts and Empirical Evidence: Explorations into a Minefield.** *European Journal of Political Research*, 29, 3:319-344, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1996.tb00655.x>.

POGUNTKE, Thomas; SCARROW, Susan E. **The politics of anti-party sentiment: Introduction.** *European Journal of Political Research*, 29, 3:257-262, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1996.tb00651.x>.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. **Sentimentos partidários e antipetismo: Condicionantes e covariantes.** *Opinião Pública*, 22, 3:603-637, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912016223603>.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. **Sentimentos partidários e atitudes políticas entre brasileiros.** *Opinião Pública*, 17, 2:333-368, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762011000200003>.

ROSE, Richard. e MISHLER, William. **Negative and positive party identification in post-Communist countries.** *Electoral Studies*, 17, 2:217-234, 1998. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0261-3794\(98\)00016-X](https://doi.org/10.1016/S0261-3794(98)00016-X).

SAMUELS, David. **A evolução do petismo (2002-2008).** *Opinião Pública*, 14, 2:302-318, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200002>.

SAMUELS, David; ZUCCO, Cesar. **Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil.** Cambridge University Press, 2018.

SAMUELS, David. **Sources of Mass Partisanship in Brazil.** *Latin American Politics and Society*, 48, 2:1-27, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2006.tb00345.x>.

TORCAL, Mariano; MONTEIRO, José Ramón; GUNTHER, Richard. **Ciudadanos y partidos en sul de Europa: los sentimientos antipartidistas.** *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 101, 3:09-48, 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/deref/http%3A%2F%2Fdx.doi.org%2F10.2307%2F40184450>.

YEBRA, Covadonga Meseguer. **Sentimientos Antipartidistas en el cono sur: un estudio exploratório.** *América Latina Hoy*, 18:99-112, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.14201/alh.2216>.